

Maura Soares

Assunto: Participação pública relativa ao Projeto de Decreto Legislativo Regional nº31/XIII (PS)**De:** Mariana <[REDACTED]>**Enviada:** 23 de abril de 2025 09:02**Para:** Apreciacao Publica <apreciacaopublica@alra.pt>**Assunto:** Participação pública relativa ao Projeto de Decreto Legislativo Regional nº31/XIII (PS)

Exmos. Senhores,

Enquanto cidadã preocupada com a salvaguarda do património natural e marinho dos Açores, manifesto, por este meio, a minha oposição ao Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII (PS), que propõe a terceira modificação ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro. Na minha perspetiva, esta proposta põe em risco os progressos alcançados nos últimos anos no domínio da conservação marinha no arquipélago. A intenção de desclassificar áreas protegidas integradas no Parque Marinho dos Açores constitui um retrocesso inadmissível, especialmente num contexto em que a crise climática e a perda de biodiversidade exigem medidas mais ambiciosas, e não o contrário.

Usar Áreas Marinhas Protegidas como instrumento político enfraquece a percepção da gravidade da crise provocada pela ação humana nos oceanos. Quando 190 países conseguem concordar sobre a importância destas áreas, é porque os factos são inequívocos. A recuperação da biodiversidade marinha após um século de extração intensiva não é uma escolha — é uma urgência. As zonas de proteção total têm benefícios comprovados, inclusive para a atividade piscatória, ao permitirem que as populações de peixes se regenerem e repovoem as áreas vizinhas. Quando o avanço é tão crucial, recuar é simplesmente inaceitável.

Identifico-me plenamente com os valores promovidos pela iniciativa Blue Azores, que defende um modelo de desenvolvimento sustentável assente na valorização do oceano enquanto recurso ecológico, social e económico. Esta proposta legislativa desconsidera o processo técnico e participativo que esteve na base da definição das áreas marinhas protegidas, bem como o conhecimento científico que comprova a sua relevância.

A conservação do mar açoriano não é apenas uma responsabilidade ambiental — é, também, uma escolha estratégica para o futuro da região, o bem-estar das suas populações e a projeção internacional dos Açores como exemplo de liderança em matéria de proteção oceânica. Por estas razões, apelo à rejeição desta proposta de alteração legislativa e à continuidade dos compromissos assumidos na defesa dos ecossistemas marinhos dos Açores.

Com os melhores cumprimentos,

Mariana Martins